

Exm@s Senhoras e Senhores,

Agradecemos, em primeiro lugar, a vossa resposta. Gostaríamos, contudo, de aproveitar a oportunidade para prestar alguns esclarecimentos que nos parecem relevantes.

Consideramos que Luís Villas-Boas não tem condições para continuar a integrar a Comissão de Acompanhamento da Lei da Adopção. Esta consideração não se deve à sua posição política face à adopção por casais homossexuais, mas à justificação que apresentou para essa posição. Dizer que “ser lésbica não é ser mulher na plenitude natural do termo” é simplesmente insultuoso (tal como o é, aliás, falar do “carinho falso” de mães e pais homossexuais). Esta promoção da exclusão da parte de Luís Villas-Boas poderá não surpreender, face a notícias mais recentes quanto a critérios de admissão de crianças no Refúgio Aboim Ascensão. Estamos, porém, a falar de alguém que detém um cargo político (na referida Comissão) e que, conseqüentemente, tem responsabilidades para com tod@s nós.

É o desempenho desse cargo político que se torna incompatível com declarações deste teor. Um comentário racista não levantaria qualquer dúvida quanto à necessidade de demissão imediata do responsável político que o tivesse proferido. O facto de declarações homofóbicas não terem tido a mesma consequência é sintomático da desconsideração do poder político face a cidadãs e cidadãos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero).

Pudemos ler na vossa carta que @s responsáveis do CDS-PP não são apologistas da homofobia nem apoiam qualquer tipo de discriminação. Para que essa afirmação seja consequente, é necessário que o CDS-PP condene e puna explicitamente a homofobia e a discriminação. Afirmações homofóbicas contribuem, como saberão certamente, para a perpetuação de atitudes discriminatórias. Temos, por isso, o direito e o dever de exigir posicionamentos claros de todos os partidos face às declarações de Luís Villas-Boas, em relação às quais o silêncio equivale afinal a um aval.

Por seu lado, a posição de Luís Villas-Boas quanto à exclusão de casais de gays e lésbicas da possibilidade de adopção é partilhada, segundo a vossa carta, pelo CDS-PP. Uma análise das causas da institucionalização de crianças, em conjunto com o número de crianças institucionalizadas, parecer-nos-iam suficientes para condenar a exclusão *a priori* de qualquer casal de pessoas do mesmo sexo. Se, nas palavras do Senhor Ministro da Segurança Social, “o acolhimento institucionalizado deve ser o último recurso”, então abrir a adopção a casais de pessoas do mesmo sexo seria um recurso anterior – e não deveria portanto estar proibido na lei. Parece-nos, pois, difícil conciliar a vossa defesa da lei com a frase do Senhor Ministro.

Quanto à “tradicional família natural” que o CDS-PP diz querer privilegiar, aproveitamos para lembrar que diferentes conceitos de família têm existido nas várias sociedades ao longo do tempo e do espaço, pelo que a expressão “natural” se deverá aplicar com a mesma legitimidade também às famílias compostas por casais de pessoas do mesmo sexo. Já a expressão “tradicional” será mais difícil de aplicar a casais de gays ou de lésbicas – a tradição para gays e lésbicas é, afinal, a homofobia (uma tradição que muit@s ainda interiorizam como “natural”). Fica-nos por isso também a dúvida sobre uma possível compatibilização da luta contra a tradição homofóbica e a subalternização de famílias compostas por casais de pessoas do mesmo sexo.

Será enfim fundamental realçar que, porque somos tod@s livres e iguais perante a lei, não é a atribuição de direitos mas a sua limitação que carece de justificações. Neste caso, torna-se particularmente difícil fazê-lo quando os órgãos colegiais de Pediatria, Psicologia e Psiquiatria nos Estados Unidos da América, compostos por muitos milhares de profissionais que têm acesso a toda a investigação produzida neste campo e que conseguem averiguar a sua credibilidade, vêm endossar a possibilidade de adopção por casais homossexuais. À luz do art. 13º da Constituição da República Portuguesa, cuja nova redacção foi votada também pelo CDS-PP, seria por isso interessante debater esta questão com @s responsáveis do Partido, de forma a podermos esclarecer as dúvidas suscitadas pela vossa carta – e, aliás, para podermos também informar a população LGBT quanto à posição do CDS-PP (e da coligação maioritária) em relação a esta questão.